CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO: CEE nº 474/81 (Processo SE nº 6208/80)
 INTERESSAÇÃO: Escola Técnica "Prof. Everardo Passos" / Associação
 Joseense de Ensino / São José dos Campos
 ASSUNTO: Convênio para funcionamento das habilitações do 2º grau

Relatora:- Consª Maria Aparecida Tamaso Garcia

Parecer 473 /81 - CP. Aprovado 25 / 3 /1981.

I - RELATÓRIO

HISTÓRICO:- O Senhor Secretário da Educação encaminha a este Conselho minuta de Convênio a ser celebrado entre aquela Secretaria e a Associação Joseense de Ensino, de São José dos Campos, objetivando a formação de Técnicos de nível médio em habilitações da área econômica secundária, ministradas pela Escola Técnica "Prof. Everardo Passos" , mantida pela Associação.

A minuta foi analisada pela Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional que, em longa manifestação, assim se expressa:

"A Escola Técnica "Prof. Everardo Passos", mantida pela Associação Joseense de Ensino, de São José dos Campos, encaminha-nos seu Orçamento-Programa do Exercício de 1981, referente às habilitações por ela mantidas no ensino de 2º grau profissionalizante, para fins de concessão de subvenção por parte desta Pasta.

A entidade mantenedora da unidade escolar beneficiária da subvenção pretendida é instituição conveniente com a Secretaria de Educação e o Ministério de Educação e Cultura, cujo último instrumento de acerto expirou sua validade em 31.12.80.

O novo ajuste, ora proposto, que deverá substituir o anterior, já expirado, terá validade de 03 anos, prorrogável por mais 02, com vigência a partir de 1981 e a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado. Trata-se de um Convênio de Cooperação Educacional e Financeira a ser firmado entre o Governo do Estado de São Paulo, pela sua Secretaria de Estado da Edu-

cação, e a Associação Joseense de Ensino, de São José dos Campos - agora desvinculada do MEC - com vistas à formação de Técnicos de Nível Médio do Ensino de 2º Grau profissionalizante, nas habilitações plenas de Técnico em Mecânica e Técnico em Eletrônica e nas habilitações parciais de Auxiliar de Técnico em Mecânica e de Auxiliar Técnico em Eletrônica, na Escola Técnica "Prof. Everardo Passos", de São José dos Campos. Os partícipes do novo acordo, postulando os princípios de atendimento aos alunos carentes do ensino de 2º grau profissionalizante, por via de bolsas de estudo, comprometem-se, reciprocamente a:

- a) da parte da SE: conceder subvenção anual, segundo as disponibilidades financeiras da Pasta, em cada exercício correspondente, durante a vigência do convênio;
- b) da parte da A.J.E.: converter a subvenção recebida da SE em bolsas de estudo, inteiramente gratuitas, aos seus alunos beneficiados com os recursos provenientes dessa avença.

Os critérios de concessão de bolsas de estudo apresentam-se regulados no "Programa de Bolsas de Estudo", o qual constitui instrumento integrante do Convênio que lhe dá origem. Tal peça define as responsabilidades dos convenientes: prescreve as condições em que se operam a inscrição e a seleção dos candidatos: dispõe sobre as modalidades de renovação e do cancelamento do benefício, bem como sobre os direitos e os deveres dos bolsistas e, finalmente, apresenta, nas suas Disposições Gerais, o Questionário para o Levantamento do Nível Sócioeconômico do Candidato a Aluno Bolsista.

A execução do "Programa de Bolsas de Estudo", em razão de seu caráter de assistência ao aluno carente e de suas implicações no processo de levantamento de dados socioeconômicos; de análise e de seleção de candidatos bolsistas, ficou confiada ao Departamento de Assistência ao Escolar, através da Equipe Técnica de Estudos para Assistência Sócioeconômica, órgão com o qual a Equipe Técnica de Acompanhamento e Controle de Convênios, da ATPCE, em reuniões conjuntas com os representantes da Associação Joseense de Ensino, realizaram os estudos e os entendimentos preliminares que orientaram a elaboração do convênio em causa e do res-

pectivo documento que o compõe.

A dotação concedida à Associação Joseense de Ensino pela Secretaria da Educação, no exercício de 1980, por força do convênio então vigente, foi de Cr\$ 43.651.114,00. Para o exercício de 1981 a disponibilidade financeira da Pasta lhe confere a subvenção de Cr\$ 43.654.100,00, Valores esses, que se equivalem em ambos os exercícios.

A vista do que nos informa o Ofício DE-010/81, datado de 04.02.81, da Associação Joseense de Ensino (fls.58 59), o custo "per capita" do aluno-ano bolsista, em 1981, será de Cr\$ 62.363,00, correspondendo à entidade conveniente o compromisso de atendimento gratuito para 700 alunos bolsistas.

O novo convênio, ao introduzir o critério de concessão de bolsas de estudo, modificou a sistemática então vigente nos ajustes anteriores. Tal critério, uma vez aceito, logo se defrontou com o problema da determinação do custo "per capita" do aluno bolsista e o da exigüidade de tempo para a sua aprovação. Todavia, sem prejuízo dessa última providência, "a posteriori" em face da necessidade imediata de andamento dos autos, para fins de repasse da subvenção, é de se ter como satisfatória o valor do custo-aluno apresentada pela A.J.E., se relevarmos as condições peculiares da Escola, quanto ao alto padrão de ensino por ela ministrado, a elevada qualificação do seu corpo docente; a maior carga horária de aulas dispendida em seus cursos; a utilização de material de consumo em grande escala; a execução dispendiosa de seus cursos em termos de projetos; as aulas em regime integral de tempo e, ainda, se considerarmos que esse custo não se encontra defasado em relação ao valor das anuidades cobradas pelas escolas similares e nem mesmo se comparado ao custo-ano-de seus próprios alunos do exercício p.passado, orçado contabilmente em Cr\$ 51,000,00 e mais a correção de 22% prevista para 1981.

Foram juntadas ao presente protocolado as Minutas do Termo de Convênio em questão e respectivo "Programa de Bolsas de Estudo", devidamente assinados pelos participantes".

A pedido desta relatora foram Juntados:

1 - cópia do convênio em vigor até 31.12.80,

- 2.- informações sobre a situação jurídica da Associação Joseense de Ensino;
- 3.- certificados de entidade de fins filantrópicos e da utilidade pública da instituição;
- 4.- cópia do Decreto Federal, declarando de utilidade pública a instituição;
- 5.- Estatutos Sociais da Associação;
- 6.- cópia de solicitação à CENE de aprovação da anuidade dos cursos para 1981 (Processo CEE nº 496/81).

APRECIACÃO:

Antecedentes Históricos - O primeiro convênio entre a Secretaria de Educação e a Associação Joseense de Ensino data de 1959, tendo sido aprovado pela Lei 5269, desse ano. Era também signatário desse convênio o Ministério da Educação e Cultura.

Através desse Convênio, competia à Secretaria da Educação conceder à Associação uma subvenção "correspondente ao orçamento previsto para o funcionamento de uma escola industrial subordinada ao Departamento de Ensino Profissional da SE", que mantivesse os mesmos cursos.

Apesar desse convênio não prever prazo de vigência, em 1970, foi celebrado um outro, que substituiu o primeiro, mas que não alterava as obrigações da SE, para vigência por cinco anos. Esse convênio foi renovado nas mesmas bases por mais dois quinquênios, sempre com o MEC como terceiro signatário, vencendo-se o último em 31.12.80, A subvenção da SE era destinada fundamentalmente a despesas de custeio, especialmente pagamento de pessoal.

A minuta proposta - A minuta de convênio ora proposta altera fundamentalmente convênios anteriores, A Escola Técnica "Prof. Everardo Passos" mantinha gratuidade para todos os alunos dos cursos objeto dos convênios (que se alteraram ao longo do tempo, inclusive para atender às exigências das reformas de ensino determinadas pelas Leis 4024/61 e 5692/71), mantendo a A.J.E., com recursos próprios, um sistema de bolsas reembolsáveis para auxiliar a manutenção dos alunos não residentes na cidade (hospedagem, alimentação etc). Agora a Secretaria propõe uma nova sistemática "de conversão da subvenção em bolsas de estudos destinadas a alunos carentes".

Eis as suas principais cláusulas :

"Primeira - Do Objetivo - O presente ajuste tem por fim a conjugação de esforços e de recursos financeiros, com vistas à formação de técnicos de nível médio, do Ensino de 2º Grau Profissionalizante, nas Habilitações:

a) Plenas de:

- . Técnico em Mecânica e
- . Técnico em Eletrônica;

b) Parciais de:

- . Auxiliar Técnico em Mecânica e
- . Auxiliar Técnico em Eletrônica,

na Escola Técnica "Prof. Everardo Passos", de São José dos Campos, da Associação Joseense de Ensino, da mesma cidade.

Segunda - Das Obrigações da Secretaria de Estado da Educação - A Secretaria de Estado da Educação obriga-se a conceder a Associação Joseense de Ensino, para o custeio de bolsas de estudo na Escola Técnica "Prof. Everardo Passos", a subvenção anual de Cr\$ 43.654.100,00 (quarenta e três milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil e cem cruzeiros), correspondente ao exercício de 1981, cuja despesa correrá por conta do subelemento econômico 3.1.3.2.5.0 - Outros Serviços de Terceiros e Encargos - Encargos Custeados com Receita Própria 08.01.01 - Gabinete do Secretário - Categoria Funcional Programática. - 08.42.188.2.002 - Atividades para a Melhoria do Processo Ensino. Parágrafo Único - As subvenções correspondentes aos exercícios subseqüentes a 1981, durante a vigência deste Convênio, serão consignadas por via de Termo de Aditamento ao presente ajuste, segundo as disponibilidades financeiras da Pasta, em cada exercício.

Terceira - Das Obrigações da Associação Joseense de Ensino - A Associação Joseense de Ensino obriga-se a:

- 1.- Manter as habilitações previstas neste convênio, nos termos da legislação vigente.

- 2.- Converter os recursos financeiros recebidos da Secretaria da Educação em Bolsas de Estudo, correspondentes ao montante anual da subvenção concedida pelo valor de custo anual do aluno para o exercício em questão.

- 3.- Cumprir os critérios para a concessão de bolsas estabelecidas no "Programa de Bolsas de Estudos", de que cuida a Cláusula Quarta deste acerto.

- 4.- Ministrando o ensino inteiramente gratuito aos alunos bolsistas mantidos com os recursos provenientes deste acordo.

- 5.- Indicar um seu representante Junto ao Departamento de Assistência ao Escolar da Secretaria de Estado da Educação, para acompanhar a execução do Programa de Bolsas de Estudo anexo ao presente Termo de Convênio.

Quarta - Do Programa de Bolsas de Estudo - As diretrizes que deverão nortear a concessão do benefício assegurado neste convênio constarão do "Programa de Bolsas de Estudo", anexo a este instrumento e do qual passa a constituir peça integrante. Par. 1º.- Caberá ao Departamento de Assistência ao Escolar, da Secretaria de Estado da Educação, a execução do "Programa de Bolsas de Estudo", a que se refere o "caput" desta Cláusula. Par 2º.- A execução do "Programa de Bolsas de Estudo" se dará após os exames de seleção dos candidatos às matrículas realizados no âmbito da Escola Técnica "Prof. Everardo Passos", de São José dos Campos." 0 Programa de Bolsas de Estudos previsto pela Cláusula Quarta, em anexo, contém seis cláusulas a seguir discriminadas:

"Primeiro - Das Responsabilidades dos Partícipes:-

I - Compete à Secretaria de Estado da Educação, através do Departamento de Assistência ao Escolar:

1. Elaborar os critérios para a concessão de Bolsas de Estudo.
2. Renovar as Bolsas nos anos consecutivos, desde que os beneficiários continuem carentes de recursos e não tenham sido reprovados.
3. Supervisionar a execução do presente Programa Junto à Escola Técnica "Prof. Everardo Passos", de São José dos Campos.
4. Mobilizar recursos materiais e humanos necessários à execução deste Programa.

II - Compete à Associação Joseense de Ensino - Escola Técnica "Everardo Passos":

- I. Colocar à disposição de Secretaria de Estado da Educação bolsas de estudo integrais de Ensino de 2º Grau Profissionalizante, nas habilitações previstas na Cláusula Primeira do Convênio celebrado entre os mesmos partícipes desta instrumento, em quantidades correspondente ao valor da subvenção concedida.

2. Facilitar os trabalhos de fiscalização realizados pela Secretaria de Estado da Educação.
3. Fornecer os dados necessários à concessão e renovação das bolsas de estudo.
4. Encaminhar à Secretaria de Estado da Educação, quando da prestação de contas, relação nominal dos alunos beneficiados e respectivas séries cursadas.
5. Promover a divulgação deste Programa de Bolsas de Estudo.
6. Atender à orientação da Secretaria de Estado da Educação, quanto ao fiel cumprimento do presente Programa de Bolsas de Estudo.
7. Organizar arquivo próprio de todos os bolsistas, com a documentação a eles pertinente, para fins de fiscalização por parte da Secretaria de Estado da Educação.

Segunda - Da Inscrição dos Candidatos:-

- I - Os candidatos às bolsas de estudo farão suas inscrições na Secretaria da Escola Técnica "Prof. Evarado Passos", quando da ocasião das matrículas.
- II - A documentação que instrui a inscrição dos candidatos compreende:
 1. Requerimento.
 2. Comprovante da renda familiar: contra-cheque ou documento equivalente, hollerith, declaração ou recibo que comprove a renda mensal dos pais ou responsáveis.
 3. Declaração de que o candidato não se beneficia de outra modalidade de bolsa de estudo.
 4. Notificação do Imposto de Renda do exercício anterior, se declarante.
 5. Comprovante de despesa com residência: contrato de aluguel, recibo de prestação do Banco Nacional de Habitação ou similar.
 6. Comprovante de despesas com pensão, república ou similar, quando a família do aluno residir em outra cidade.
 7. Questionário de Levantamento do Nível Socioeconômico, devidamente preenchido e assinado.
- 1º. No caso de os elementos da família exercerem atividades sem vínculo empregatício, poderão apresentar declaração de próprio punho, assinada por duas testemunhas, constando o número de Registro

Geral da Cédula de Identidade ou outro documento legal.

- 2º. Entende-se por Renda Bruta Familiar os rendimentos de todos os membros da família que exerçam atividades remuneradas e que residam na mesma unidade, não se computando os descontos exigidos.
- 3º. A documentação exigida neste Item poderá ser apresentada em cópias xerográficas.
- 4º. São considerados dependentes da família: o chefe de família e todos os demais elementos que vivam sob o mesmo teto e da mesma renda sejam menores ou maiores, desde que devidamente comprovadas.

Terceira - Da Seleção dos Candidatos - A seleção dos candidatos às bolsas de estudo previstas neste Convênio obedecerá aos seguintes critérios:

- I - Alunos carentes de recursos financeiros, cujo índice de carência for, prioritariamente, inferior ou igual a 1 (hum).
- II - Alunos cujo índice de carência for superior a 1 (hum), obedecida a ordem crescente desse índice, caso haja saldo orçamentário, sendo atendido dentre estes alunos, quando houver igualdade de carência, os de idade inferior.

Parágrafo Único.- Considera-se aluno carente de recursos financeiros aquele cujo índice de carência for igual a 1 (hum), verificado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\frac{0,7 \times R - D}{VR_M \times N}$$

- 0,7 - Constante destinado a abater de R o aluguel de casa ou amortização de financiamento para aquisição de casa própria, devidamente comprovada.
- R - Renda Bruta Familiar mensal, devidamente comprovada.
- D - Despesa com o estudante ou república, pensão ou similar, devidamente comprovada.
- VR_M - Maior valor de referência em São Paulo.
- N - Número de dependentes.

Quarta - Da Renovação e do Cancelamento da Bolse de Estudo:

- I - A bolsa é concedida para o ano letivo no qual o aluno está matriculado.
- II - No Início de cada período letivo da Escola Técnica "Prof. Everardo Passos", quando da matrícula, o aluno deverá renovar o pedido de bolsa de estudo e reapresentar toda a documentação que comprova o nível sócioeconômico de sua família.
- III - Será cancelada a bolsa de estudo, quando ocorrer desistência, transferência, falecimento, reprovação a outros impedimentos por parte do aluno bolsista.

Parágrafo Único.- Nos casos previstos no item III desta Cláusula, outro candidato ocupará a vaga, no semestre subsequente, obedecidas as mesmas condições estabelecidas para a seleção e atendidas todas as normas fixadas neste Programa.

Quinta - Dos Direitos e dos Deveres dos Bolsistas:

- I - Constituem Direitos dos Bolsistas:
 1. Estar desobrigado de cobrir qualquer diferença à instituição de Ensino, a título de reajuste de semestralidade.
 2. Ter a garantia de renovação da bolsa, no mesmo estabelecimento, até completar o curso no qual estiver matriculado, desde que comprovado e mantido o nível de carência sócioeconômica.
 3. Não sofrer nenhuma forma de discriminação dentro da Escola, nem ser distinguido como bolsista dentre os demais alunos.
- II - Constituem Deveres dos Bolsistas:
 1. Conhecer e cumprir os seus compromissos relacionados com a execução deste Programa.
 2. Fornecer informações, quando solicitadas pela Direção da Escola ou pela Secretaria de Estado da Educação.
 3. Estar regularmente matriculado no estabelecimento, quando da solicitação da bolsa.
 4. Renovar sua matrícula no 2º semestre do ano letivo para o qual a bolsa foi concedida.
 5. Ter freqüência superior a 75%.
 6. Manter média mínima às exigências da Escola.
 7. Ser aprovado.
 8. Assinar a lista de bolsistas a ser encaminhada

à Secretaria de Estado da Educação.

Sexta - Das Disposições Gerais:

- I - A bolsa é nominal e intransferível.
- II - A bolsa só é válida para o ano em que o aluno foi selecionado.
- III - Será cancelado o benefício ao aluno bolsista que tiver prestado informações falsas, obrigando-se os seus responsáveis à restituição dos valores indevidamente recebidos.
- IV - Fica aprovado o modelo abaixo reproduzido do Questionário para levantamento de Nível Sócioeconômico do candidato a Aluno-Bolsista,

QUESTIONÁRIO PARA LEVANTAMENTO DE NÍVEL SOCIOECONOMICO DE CANDIDATO A ALUNO-BOLSISTA

Nome do Aluno: _____ Prontuário: _____
 Data do Nascimento: ___/___/___ Cidade: _____ Estado: _____
 Residência: _____ n° _____ Fone: _____
 Bairro: _____ Cidade: _____ Estado: _____
 Nome do Pai: _____ Profissão: _____
 Local de Trabalho: _____ Salário: Cr\$ _____
 N° de Dependentes: _____ Outros Rendimentos:- Cr\$ _____
 Especifique: _____
 Casa Próprio /___/ Alugada: /___/ Ônus: Cr\$ _____
 Outras pessoas cujos rendimentos compõem a renda familiar:
 Nome: _____ Profissão: _____
 Local de Trabalho: _____ Salário: Cr\$ _____
 Nome: _____ Profissão: _____
 Local de Trabalho: _____ Salário: Cr\$ _____
 Nome: _____ Profissão: _____
 Local de Trabalho: _____ Salário: Cr\$ _____
 Além do candidato à Bolsa, há outros dependentes em idade escolar?
 Quantos? _____ Despesa mensal (caso estudem em Escola Particular) Cr\$ _____
 O aluno reside em São José dos Campos? _____ Com os Pais?
 República? _____ Outros: _____ Caso não resida com os Pais, qual o gasto mensal, incluindo alimentação do candidato ? Cr\$ _____
 Rendimento Total:- Cr\$ _____ Despesa Total: Cr\$ _____

Analisaremos em separado a minuta de convênio e o programa de bolsas de estudos:

- I - Quanto ao convênio, a proposição preliminar a ser dis-

cutida é a central deste assunto: o fornecimento de balsas de estudos pela SE a alunos de 2º grau carentes, que freqüentemente instituições particulares de ensino.

Entendemos que essa proposição deva ser discutida à luz das atribuições conferidas ao Conselho Estadual de Educação através dos incisos III, IV e V do artigo 8º. da Lei nº 10.403 de 06 de julho de 1971 e que são:

- III - fixar critérios para o emprego de recursos destinados à Educação, provenientes do Estado, da União, dos Municípios ou de outra fonte, assegurando-lhes aplicação harmônica e bem assim pronunciar-se sobre convênios de ação inter-administrativa;
- IV - fixar normas para a concessão de auxílio do Estado a entidades sem fins lucrativos, mantenedoras de escolas, visando a assegurar o ensino gratuito aos menores dos sete aos quatorze anos.
- V - fixar critérios para a concessão de bolsas de estudo no ensino ulterior ao do primeiro grau, bem como para a fixação do respectivo valor e forma de sua restituição.

No presente caso, a Secretarie substituiu a forma de colaboração financeira com a instituição: em vez de continuar subvencionando anualmente os cursos que eram ministrados gratuitamente para todos os alunos, passa a fornecer à instituição um montante anual a ser convertido em bolsas de estudos. Isto significa que os mesmos cursos terão alunos pagantes e alunos bolsistas.

A Associação Joseense de Ensino, de acordo com as informações obtidas por esta Relatora (fls. 27 e 28), foi considerada de Utilidade Pública Municipal e Federal, respectivamente, pela Lei 550/58 e Decreto nº 62.286/68. Possui ainda Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, expedido em 1973 pelo Conselho Nacional de Serviço Social. No artigo 1º de seus Estatutos Sociais consta o seguinte: - "A Associação Joseense de Ensino - AJE, entidade mantenedora da Escola Técnica "Prof. Everardo Passos" - ETEP, foi considerada de Utilidade Pública Municipal conforme Lei nº 550, de 28 de abril de 1958, e de Utilidade Pública Federal conforme Decreto nº 62.286 de

21 de Fevereiro de 1968. O Conselho Nacional de Serviço Social, conforme decisão proferida em sessão realizada em 02 de Outubro de 1973, expediu à Associação Joseense de Ensino o Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos (cópias em anexo).

Do relatório encaminhado pela entidade extraímos:

"O exposto representa o reconhecimento oficial do trabalho desenvolvido pela Associação Joseense de Ensino em consonância com o Art. 1º de seus Estatutos Sociais que ora transcrevemos:

Artigo 1º - A Associação Joseense de Ensino, fundada aos dezenove de março de mil novecentos e cinquenta e seis, é uma entidade civil, SEM FINALIDADE LUCRATIVA, com patrimônio distinto do de seus sócios, tendo sede e fora nesta cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, sendo seu objetivo:

- a) formar e especializar profissionais ao nível de 2º grau e Superior;
- b) fornecer apoio às associações profissionais e às entidades oficiais, através de órgãos apropriados que tenha ou venha a criar;
- c) desenvolver pesquisas aplicadas essenciais ao desenvolvimento de uma tecnologia nacional.

Consta ainda no informe oferecido pela A.J.E.:

"Para a consecução desses fins, a Associação Joseense de Ensino mantém a Escola Técnica "Prof. Everardo Passos" - ETEP, e a Escola de Engenharia Industrial - EEI. Mantém ainda um Centro de Pesquisas Tecnológicas que realiza pesquisas por iniciativa própria ou em atendimento às solicitações dos órgãos públicos ou particulares, mantendo ainda um serviço de Assistência Técnica Especializada nos campos de sua atuação.

Diversos trabalhos como os que passaremos a citar evidenciam a seriedade com que a Associação Joseense de Ensino busca cumprir suas finalidades:

- Pinça Cirúrgica para a Equipe do Dr. Euricles de Jesus Zerbini, desenvolvida com apoio do CNPq e com apoio da S.C.C.T. de São Paulo.
- Catavento para geração de energia eólica para o Instituto de Atividades Espaciais do Ministério da Aeronáutica.
- Coleções Básicas Rurais, elaboradas e impressas na AJE em atendimento a solicitação do SENAR.

E muitos outros que comprovam ainda mais a diversifi-

cação de atuação e a confiança dos órgãos públicos e particulares na entidade.

É sempre útil lembrar que apesar dos grandes nomes que compõem seu Conselho Diretor, todos eles atuando nos mais diversos e importantes segmentos da sociedade, os mesmos não percebem qualquer remuneração, o que aliás é inclusive proibido pelos próprios estatutos da entidade.

A Associação Joseense de Ensino tem empregado todos os recursos obtidos através da prestação de serviço às Empresas públicas e privadas, na complementação das verbas obtidas para a manutenção da Escola Técnica "Prof. Everardo Passos".

Esta participação tem sido a cada ano maior e para o presente exercício a participação da Secretaria da Educação na manutenção da ETEP é inferior a 50% (cinquenta por cento).

Preocupada com o oferecimento da oportunidade de estudo a alunos carentes e com potencial para serem os técnicos de que o País tanto necessita, a Associação Joseense de Ensino mantém há muitos anos um setor especial de Bolsas de Estudos, mantido com recursos próprios que, funcionando em regime de financiamento tipo crédito educativo, sem juros ou correções pré-estabelecidas, vem sendo utilizado pelos alunos da ETEP para auxiliar sua manutenção na cidade, uma vez que um número superior a quarenta por cento deles são oriundos de outras cidades. Com a nova sistemática de participação da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo no convênio celebrado com a Associação Joseense de Ensino para a manutenção da Escola Técnica, a AJE vem desenvolvendo esforços para oferecer a todos os que solicitarem e não tenham condições de custear seus estudos, estas bolsas reembolsáveis, num esforço impar para não privar um só aluno sequer da oportunidade de estudar nas escolas por ela mantidas".

Entendemos ser necessária a caracterização que fizemos da escola, pois à falta de critérios gerais para concessão de bolsas de estudos, este CEE poderá adotar, no caso, e provisoriamente, o indicado pelo inciso IV do art. 2º da Lei 10.403 transcrito: "a concessão de auxílio a entidade mantenedora de escolas pode dar-se quando essas o sejam sem fins lucrativos"

É a situação da Associação Joseense de Ensino. Acreditamos que, mesmo sem um estudo mais profundo, outros critérios possam ser lembrados, entre os quais: a qualidade do ensino ministrado, a ausência de cursos mantidos pelo poder público na área de ensino considerada, a necessidade social desses cursos, etc...

No caso em questão a qualidade do ensino ministrado nos cursos técnicos da Escola "Prof. Everardo Passos" é de conhecimento público. De fls. 22 a 43, estão descritos os aspectos mais importantes da organização e funcionamento da escola: corpo docente qualificado, organização didático-pedagógica esmerada, carga horária bastante superior aos mínimos legais (3528 horas para habilitações auxiliares e 4104 para as habilitações plenas), planejamento didático por unidade e subunidade de ensino, rigoroso sistema de pré-requisitos para fins de dependência e adaptações, sistema de recuperação paralela e final, etc...

O poder público estadual só mantém em São José dos Campos as Habilitações - Específica de 2º Grau para o Magistério, Metalurgia e Secretariado, além da Formação Profissionalizante Básica. A necessidade das habilitações mantidas pela escola: Eletrônica e Mecânica, objeto do convênio, num município de alta concentração industrial como São José dos Campos, parece-nos desnecessário demonstrar.

Nestes termos parece-nos que nosso parecer possa ser favorável ao convênio.

II - Quanto aos critérios para concessão de bolsas, bem como para a fixação do respectivo valor, o documento "Programa de Bolsas de Estudo" pode ser considerado como uma proposta a ser aprovada por este Conselho, enquanto não forem, por este, fixados os critérios gerais.

Alguns pontos precisam ser destacados:

- a) Na Cláusula Primeira, o item 1 do inciso I precisa ser alterada, considerada a competência do CEE. Propomos: "Submeter a aprovação do Conselho Estadual de Educação os critérios para a concessão de Bolsas de Estudo".
- b) Na Cláusula Primeira, inciso II, deve ser acrescentado item com a seguinte redação: "Submeter

anualmente à CENE do ConsBlho Estadual de Educação o valor da anuidade escolar a ser convertido em bolsa de estudo".

- e) Para o parágrafo 2º da Cláusula Segunda sugere-se acrescentar o adjetivo "domiciliar" à expressão "mesma unidade" e substituir "descontos exigidos" por "descontos obrigatórios".
- d) Quanto à Cláusula Terceira, sugerimos seja tornada mais clara a redação dos incisos I e II. A fórmula adotada para identificação do nível de carência econômica é uma adaptação da fórmula adotada pelo Ministério da Educação e Cultura, através da Portaria 577/80, que regulamenta a concessão de bolsas de estudos para 1º e 2º graus, com recursos federais.

Solicitamos ao Departamento de Assistência ao Escolar da SE uma justificativa para a fórmula adotada, recebendo a seguinte informação: "A Secretaria de Estado da Educação vem desde 1976 executando, através do Departamento de Assistência ao Escolar, dois Programas de Bolsas de Estado:

- de Ensino Especial
- de 1º e 2º Graus.

No primeiro, o MEC repassa recursos financeiros à Secretaria da Educação que os destina a alunos financeiramente carentes, matriculados em escolas particulares de ensino especial. No segundo, o MEC saldou dívidas de INPS de escolas particulares; estas em contrapartida se comprometeram a oferecer bolsas de Bstudo no valor correspondente a sua dívida.

Em ambos os casos, o MEC, para a seleção de alunos carentes de recursos financeiros, adota a fórmula abaixo registrada (cópia xerográfica).

$$\frac{0,6 \times R}{2VRm \times N}$$

onde

- 0,6 - constante destinada a abater de R, o aluguel da casa ou amortização de financiamento para aquisição de casa própria, que será considerado em 40% para fins de cálculo;
- R - Renda bruta familiar mensal ;
- N - Número de dependentes ;
- VRm - Maior valor de referência.

Deduz-se, portanto, que a Secretaria da Educação utilizará para o Convênio com a Escola Técnica "Prof. Everardo Passos" a fórmula adotada pelo MEC, introduzindo algumas alterações no intuito de atender a realidade da clientela da escola em questão.

- No numerador foi incluído o fator "D" que corresponde à despesa do estudante com pensão, república ou similar, quando a família do aluno residir em outra cidade. Esta preocupação se deve ao fato de uma porcentagem significativa de alunos residirem em outros municípios.

- Do denominador foi suprimido a fator 2, cuja função é valorizar a presença de mais de um candidato de uma família. Por exemplo: no caso de dois irmãos candidatas a bolsa, o fator passa a ser 3; no caso de 3 irmãos passa a ser 4 e assim sucessivamente. Conseqüentemente o índice de carência torna-se mais baixo, criando maiores chances para irmãos serem admitidos como bolsistas.

A exclusão do fator 2 possibilita a ampliação da assistência prestada, no sentido de proporcionar atendimento a um número maior de famílias.

- O índice 0,7 foi adotado, tomando-se por base os critérios estabelecidos pelo Banco Nacional de Habitação nas operações de financiamento realizadas pelos Agentes Financeiros do Sistema Financeiro de Habitação - SFH - O valor da mensalidade a ser paga pelo mutuário é regulamentado pelas Resoluções BNH 06/79 e 13/79 (Canexos 2 e 3). Segundo informações colhidas junto ao Banco Nacional de Habitação - Praça Roosevelt - São Paulo, este valor corresponde, na realidade, a aproximadamente 30% da renda familiar do Interessado".

O exame mais aprofundado desses critérios demandaria tempo e a participação de especialistas. Aachamos necessário que o Conselho Estadual de Educação de São Paulo promova durante o ano de 1981 estudos referentes ao estabelecimento de normas relativas ao Inciso IV do artigo 2º da Lei 10403/71

para que não se veja enredado em decisões casuísticas, caso a SE decida expandir a solução dada, nesta caso, para outras instituições. No presente caso, tendo em vista que os alunos a serem beneficiados já devem estar inclusive matriculados, propomos sejam os critérios propostos aprovados para o ano de 1981. O valor da bolsa dependerá ainda da aprovação, pela CENE do valor da anuidade conforme expediente já protocolado sob o n° 496/80, neste CEE.

II - CONCLUSÃO

Aprova-se, nos termos deste Parecer, a minuta de convênio a ser celebrado entre a Secretaria de Educação e a Associação Joseense de Ensino, de São José dos Campos, visando a proporcionar a alunos carentes habilitação profissional gratuita nas áreas de Mecânica e Eletrônica, através de cursos ministrados pela Escala Técnica "Prof. Everardo Passos". O "Programa de Bolsas de Estudo" previsto na Cláusula Quarta do convênio, fica aprovado, a título excepcional, para o ano de 1981.

São Paulo, 17 de março de 1981.

a) Cons. _____
Maria Aparecida Tamaso Garcia
Relatora

III - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Planejamento adota como seu Parecer o Voto da nobre Conselheira Relatora.

Presentes os nobres Conselheiros: Eurípedes Malavolta, João Baptista Salles da Silva e Maria Aparecida Tamaso Garcia.

Sala das Comissões, 18 de março de 1981,

a) Cons. _____
Eurípedes Malavolta
Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Comissão de Planejamento, nos termos do Voto da Relatora.

Sala "Carlos Pasquale", em 25 de março de 1981

a) Conselheira MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR
Presidente